



# ENTRE CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: A CRISE DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO EM *GRANDE SERTÃO VEREDAS*

*Marina Maria Campos Brito*

*Orientadora: Anita Martins Rodrigues de Moraes*

*Mestranda*

RESUMO: Publicado pela primeira vez no ano de 1956, *Grande sertão veredas*, de João Guimarães Rosa, traz um jogo de deslizamentos capaz de revelar incertezas, mesmo daquilo que parecia ser naturalizado. A partir disso, vemos que as categorias de civilização e barbárie perdem, na obra, sua rigidez, resvalando entre o jagunço do sertão mineiro e o homem letrado do meio urbano. Dessa forma, tencionamos ler o romance de Rosa sob a chave de um projeto baseado no espaço geográfico regional, o Sertão, que se contrapõe ao projeto de modernização, pautado no desenvolvimento do meio urbano, que prometia avançar cinquenta anos de progresso em apenas cinco anos de governo. Para tanto, por meio da contribuição dos pressupostos teóricos de Antonio Candido, será possível problematizar as categorias humanas *civilização* e *barbárie*. Paralelamente, com um arcabouço teórico composto por Heloisa Starling e Silviano Santiago, almeja-se analisar o enlace entre o sertão rosiano e o projeto de modernização em andamento no Brasil no decênio de 1950. A partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica e interpretativa, portanto, pretende-se analisar os deslizamentos e as tensões entre civilização e barbárie, modernização e jagunçagem presentes em *Grande sertão veredas*.

PALAVRAS-CHAVE: civilização, barbárie, modernização, jagunçagem.

## **Entre a civilização e a barbárie: o Sertão**

Em *Grande sertão: veredas*, “há de tudo para quem souber ler” (CANDIDO, 1983, p.294), sugere Antonio Candido no início de seu ensaio que propõe a defesa do caráter

universal do romance de Guimarães Rosa, comparando sua composição à de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. O empenho do crítico literário é atravessado por pressupostos que partilha em estudos anteriores, como os pares universal e particular, civilização e barbárie – este de maior interesse para a discussão que propomos.

Publicado em livro pela primeira vez no emblemático ano de 1964, *Os parceiros do Rio Bonito* compõe a tese de doutoramento de Antonio Candido em Ciências Sociais, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O estudo realizado pelo crítico entre os anos de 1948 e 1954 pretendia investigar o modo de vida caipira no município de Bofete, interior do estado de São Paulo.

A perspectiva de que, na história humana, parte-se de uma cultura mais rudimentar para outra mais desenvolvida – do primitivo ao civilizado – se apresenta já nos momentos iniciais da obra, apontando para um estudo do modo de vida caipira a partir da análise de sua dieta. Já aqui se percebe o estabelecimento de uma hierarquização cultural que será mantida também em obras posteriores:

Devemos pois ter em mira que **certas culturas resolvem de maneira mais satisfatória que outras** os problemas de ajuste ao meio e às transformações sociais, graças não só ao equipamento material como à organização adequada das relações.

Sobretudo quando encaramos a obtenção dos meios de vida, observamos que algumas culturas não conseguem passar de um **equilíbrio mínimo**, mantido graças à **exploração de recursos naturais por meio das técnicas mais rudimentares**, a que correspondem **formas igualmente rudimentares de organização**. O critério para avaliá-las, nestes casos, é quase biológico, permitindo reconhecer dietas incompatíveis com as necessidades orgânicas, correlacionadas geralmente a técnica pobre, estrutura social pouco diferenciada além da família, representações míticas e religiosas insuficientemente formuladas. É o que se observa em povos “marginais” da Patagônia e sobretudo da Terra do Fogo, em nômades como os sirinós, ou os nambiquaras. (CANDIDO, 2010, p.32, grifos meus)

Note-se que algumas culturas “resolvem de maneira mais satisfatória que outras os problemas de ajuste ao meio e às transformações sociais”, de maneira que, ao nos depararmos com a obtenção dos meios de vida, aquelas culturas que se ajustam de maneira menos satisfatória ao meio e às transformações sociais não passarão de um “equilíbrio mínimo”, vivendo em condições de *mínimos sociais* e *mínimos vitais* quando comparados ao homem urbano:

Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização



das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo. (CANDIDO, 2010, p.33)

Assim, Candido discute a permanência de uma economia de subsistência, baseada em mínimos vitais: “Foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção duma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo” (CANDIDO, 2010, p.54). Essa economia de subsistência favoreceu também certo isolamento do caipira, de maneira que “vemos manifestarem-se condições de vida determinadas por uma economia fechada, com base no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, exprimindo uma forma retrógrada de ajustamento ao meio” (CANDIDO, 2010, p.53). Esse isolamento em relação ao meio é também um afastamento da rede civilizada, uma vez que o caipira se encontra mais próximo à natureza que ao meio urbano.

Candido, dessa forma, pensa a cultura a partir do protagonismo do homem, uma vez que universaliza sua cultura de homem civilizado e compartimentaliza a do caipira, de maneira que o polo do universal passa a comportar o modelo de civilização, enquanto o particular abarca uma realidade local que precisa ser elaborada para participar da civilização. “O homem dos avessos” (1956) – ensaio voltado ao romance *grande sertão veredas* – experimenta essa perspectiva, na medida em que Candido busca aproximações entre o romance de Rosa e os romances de Cavalaria. Assim, comenta o crítico:

Nos dias em que foi lançado *Grande Sertão: veredas*, José Geraldo Vieira, com a habitual acuidade, me chamou a atenção para essa genealogia medieval; de fato ela ajuda a esclarecer a lógica do livro e leva a investigar os elementos utilizados para transcender a realidade do banditismo político, que aparece então como avatar sertanejo da Cavalaria. (CANDIDO, 1983, p.301)

*Grande sertão: veredas* parece, assim, participar, para Candido, de um projeto de civilização – e, conseqüentemente, de humanização<sup>1</sup> – compreendido pela aclimação do polo particular ao universal, assim como é proposto em *Formação da literatura brasileira* (1962) e, mais tarde, em “A literatura e a formação do homem” (1972).

Silviano Santiago, em *Genealogia da ferocidade* (2017), ao criticar a domesticação de *Grande sertão: veredas* presente na crítica de Antonio Candido ao romance, atenta para a epígrafe de La Bruyère (1688), retirada do capítulo “De l’homme”, que antecede o estudo sobre o modo de vida dos caipiras de Bofete – *Os parceiros do Rio Bonito*. Silviano Santiago

<sup>1</sup> Em *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido afirma que civilização é humanização (p.202).

propõe “que os selvagens (“*animaux farouches*”), a que Candido, via La Bruyère, se refere no estudo do caipira paulista, é metáfora para seres humanos legítimos, só que expropriados do trabalho e miseráveis” (SANTIAGO, 2017, p.36). Veremos, neste artigo, que o movimento linear entre barbárie e civilização – em que esta representa um estágio evolutivo superior àquela – proposto por Candido, “evidentemente euclidiano, progressista e acadêmico” (SANTIAGO, 2017, p.36), é o oposto daquilo que preconiza Rosa em *Grande sertão: veredas*.

### **O paradigma de modernização face a *Grande sertão: veredas***

1956. O romance *Grande sertão: veredas*, do escritor Guimarães Rosa, emerge como um monstro – para retomar imagem proposta por Silviano Santiago<sup>2</sup> – das calmas águas da literatura brasileira, contrapondo-se à proposta de imediata industrialização nacional, que prometia deixar para trás o estigma de país subdesenvolvido. O romance rosiano, então, desnorteia e desorganiza o ideário de modernização do Brasil, que fervia no cenário político na metade da década de 50, na medida em que revela um Sertão incompatível com o projeto desenvolvimentista de avançar cinquenta anos em apenas cinco anos de governo. Nas palavras de Riobaldo, “Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” (ROSA, 1994, p.3). O sertão está para além das margens da modernização.

A figuração de *Grande sertão: veredas* sob a chave de um novo deciframento que pretende trazer à luz aquilo que a condição moderna assumiu em países como o Brasil – um hiato entre os projetos de modernização e a realidade do país. Em “Na neocolônia: modernidade, mobilidade, globalidade” (1998), Mary Louise Pratt discute o paradoxo existente entre aquilo que a modernidade propõe e o que o neocolonialismo permite, uma vez que os projetos de modernização – entendidos como uma aspiração a ser realizada no futuro – se afastam da realidade das neocolônias. Essa perspectiva encontra eco no estudo de Heloisa Starling acerca da articulação, no romance de Rosa, entre política e ficção. Segundo Starling,

<sup>2</sup> Em *Genealogia da ferocidade* (2017), Silviano Santiago afirma que o monstro de Rosa “emerge intempestivamente na discreta, ordeira e suficientemente autocrizada vida cultural brasileira, então em plena euforia político-desenvolvimentista.” (SANTIAGO, 2017, p.11)

[...] ao reconstruir o mundo pelas palavras, sua ficção [de Rosa] reconstrói o Brasil para a política, iluminando seus processos mais profundos – o que falta, o que está à margem e o que precisa se fazer presente na realidade contemporânea de um país que ambiciona, a todo custo, encontrar um caminho próprio de passagem para o moderno. (STARLING, 1998, p.2)

Nesse sentido, podemos perceber, a partir das reminiscências do ex-jagunço Riobaldo, as disparidades que afastam o projeto desenvolvimentista da realidade do Sertão, relegando a este espaço o destino de viver sob os mandos e desmandos dos grandes proprietários. Selorico Mendes, padrinho de Riobaldo e proprietário de três fazendas de gado, conta a seu afilhado “altas artes de jagunços” (ROSA, 1994, p.150):

– “Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano na Macaçá, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo-Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo; e tantos, tantos. Nisto que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Carinhonha, Urubu, Pilão Arcado, Xiquexique e Sento-Sé” (ROSA, 1994, p.150-151)

Segundo a lei do Sertão, “todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado” (ROSA, 1994, p.16), de modo que, como cada um era medido pela força que possuía, o mais fraco deveria se submeter ao mais forte em troca de proteção. Starling, nesse sentido, atenta para o fato de que a cidadania do sertanejo reside em um sentido mais hierárquico que igualitário, já que é marcada pela precariedade do desenvolvimento do interesse público e pela manutenção do indivíduo em uma rede de dependência do Estado. No Sertão de Selorico Mendes, as condições de sobrevivência resvalavam entre as leis que operavam em benefício próprio, a violência ostensiva e a expansão das propriedades, ou o contínuo enfraquecimento, seguido da insegurança e, inevitavelmente, da dependência<sup>3</sup>, o que condicionava somente os proprietários para o exercício da cidadania. Isso revela que qualquer homem que perdesse a sua propriedade perderia, conseqüentemente, sua cidadania. Por isso, é

<sup>3</sup> Starling destaca esses fatores para justificar que “apenas os proprietários estavam efetivamente aptos para exercer a cidadania e falar” (STARLING, 1999, p.44)



de grande valia aludir à trajetória de Medeiro Vaz, líder altamente respeitado pelos companheiros jagunços e cujo projeto para o Sertão nunca terminou. “Medeiro Vaz pretendia chamar à existência o que antes não existia: o princípio de construção de um mundo politicamente organizado, um mundo artificial, marcado pela possibilidade de convivência entre os homens e atravessado pela dessemelhança de seus desejos” (STARLING, 1999, p.41). Para isso, foi preciso renunciar a suas posses – e a sua cidadania. Retomemos as memórias de Riobaldo:

Então Medeiro Vaz, ao fim de forte pensar, reconheceu o dever dele: largou tudo, se desfez do que abarcava, em terras e gados, se livrou leve como que quisesse voltar a seu só nascimento. Não tinha bocas de pessoa, não sustinha herdeiros forçados. No derradeiro, fez o fez-por suas mãos pôs fogo na distinta casa-de fazenda, fazendão sido de pai, avô, bisavô – espiou até o voejo das cinzas; lá hoje é arvoredos. Ao que, aí foi aonde a mãe estava enterrada – um cemiteriozinho em beira do cerrado – então desmanchou cerca, espalhou as pedras: pronto, de alívios agora se testava, ninguém podia descobrir, para remexer com desonra, o lugar onde se conseguiam os ossos dos parentes. Daí, relimpo de tudo, escorrido dono de si, ele montou em ginete, com cachos d’armas, reuniu chusma de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça. (ROSA, 1994, p.54-55)

Medeiro Vaz pretendia delinear um Sertão novo dentro daquele que já existia, onde a justiça e a lei (não mais a dos proprietários) valeriam para todos os habitantes de igual maneira. O gesto de que Medeiro Vaz se vale para “impor a justiça” é a incorporação dos costumes e não, como faz Zé Bebelo, a superação desses costumes para substituí-los pelo seu projeto modernizador e republicano. No entanto, embora o líder Medeiro Vaz não tenha conseguido dar sequência a seu desejo de transformar o Sertão, seu gesto encontra eco tanto em Joca Ramiro – “Fato que Joca Ramiro também igualmente saía por justiça e alta política, mas só em favor de amigos perseguidos; e sempre conservava seus bons haveres” (ROSA, 1994, p.55) – quanto em Zé Bebelo – “depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas” (ROSA, 1994, p.178). Riobaldo também dá continuidade a esse gesto que nenhum de seus antecessores conseguiu concluir – tampouco ele conseguirá. Esses sucessivos e inconclusos atos mobilizados pelo desejo de impor justiça parecem desnudar os sinais de uma proposta de releitura do país: “o contínuo

vaivém entre o moderno e o arcaico; a associação permanente entre civilização e barbárie sugerindo, em cada uma delas, o traço recalcado da outra” (STARLING, 1998, p.3).

Para os propósitos deste artigo, é cara a figura de Zé Bebelo, para quem o progresso e a modernização devem varrer do Sertão a jagunçagem. Em uma manobra paradoxal, Zé Bebelo se torna jagunço para livrar o Sertão da ação dos jagunços, contando, para esse fim, com o apoio do governo, pois, como bem lembra Riobaldo, “depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreado mil escolas” (ROSA, 1994, p.178-179), configurando-se, simultaneamente, como a voz do jagunço e do progresso. “O que os outros falam e tratam: *Deputado*” (ROSA, 1994, p.116), assim Zé Bebelo é reputado nos Gerais, devido à eloquência de seus discursos voltados ao progresso e à modernização, de maneira que o Sertão, para ele, parece configurar uma paisagem agarrada ao passado que se pretende ver superada por um projeto de modernização que promete reluzir perfeito o Norte. “O passado, para ele, era mesmo passado, não vogava” (ROSA, 1994, p.101) e, por isso, depositava suas esperanças em um futuro que se prometia salvador. Zé Bebelo recorre ao passado – visto que acreditava ser o Sertão parte de um tempo a ser superado – para construir o futuro – gesto que não chega a concluir.

### **(In) Conclusão**

“Ah, este Norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional! Mas, no em mesmo, o afã de política, eu tive e não tenho mais... A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...” (ROSA, 1994, p.391). Riobaldo apontou bem: “só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro”. O movimento do progresso, no entanto, parte dos centros urbanos para o interior, revelando, nessas veredas, seu caráter desigual – não se manifesta da mesma forma em todos os espaços –, violento – promove o apagamento daquilo que considera um “atraso” frente à modernização – e, sobretudo, incompleto – volta-se para a promessa de um porvir glorioso e intangível.

Os projetos de modernização são também de civilização – mais que isso, são também de humanização, se considerarmos a proposição de Antonio Candido – por isso pressupõem uma etapa de dependência da natureza e dos costumes considerados alheios à civilização (no caso de *Grande sertão: veredas*, principalmente o jaguncismo) que precisam ser superados. O



progresso é, antes de tudo, uma máquina de apagamento que há tempos tenta chegar ao Sertão. O que *Grande sertão: veredas* nos mostra, a partir das memórias de um ex-jagunço, é a inconclusão dos gestos daqueles que pretendiam modernizar o Sertão, conforme nos aponta Starling (1998), e, conseqüentemente, da própria modernização: “Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?” (ROSA, 1994, p.230)

## REFERÊNCIAS

- BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades; São Paulo: Editora 34, 2004.
- CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: COUTINHO, Eduardo (Org.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: INL/Civilização Brasileira, 1983. p. 294-309.
- \_\_\_\_\_. A literatura e a formação do homem. In: *Revista Remate de Males*: Antonio Candido (número especial), Campinas: DTL-Unicamp, p.81-90, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- PRATT, Mary Louise. Na neocolônia: modernidade, mobilidade, globalidade. *Ilha do Desterro*. A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies, Florianópolis, n. 57, p. 19-36, jan. 2009.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- SANTIAGO, Silviano. *Genealogia da ferocidade: ensaio sobre Grande sertão veredas*, de Guimarães Rosa. Pernambuco: Cepe, 2017.
- STARLING, Heloisa. *Grande Sertão: Brasil*. Veredas de política e ficção. In: *XXII Encontro ANPOCS*, 22, 1998, Caxambu. *Pensamento social no Brasil*. Caxambu: Hotel Glória, 1998, p. 1-20.
- \_\_\_\_\_. *Lembranças do Brasil- Teoria, Política, História e Ficção em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.





Anais do IX Seminário dos Alunos dos  
Programas de Pós-Graduação do Instituto  
de Letras da UFF  
Estudos de Literatura

